



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL**  
 Superintendência de Licenciamento Ambiental  
 Diretoria de Licenciamento I

Informação Técnica n.º 153/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-I

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2021.

**Processo:** 00391-00007166/2021-05.

**Interessado:** CONDOMÍNIO ESTÂNCIA QUINTAS DA ALVORADA.

**CNPJ:** 73.978.900/0001-81.

**Endereço :** Rodovia DF-001 KM 21,5 Condomínio Estância Quintas da Alvorada – Jardim Botânico/DF.

**Coordenadas geográficas:** [-15.825412901777028, -47.791923293322164 Google Maps](#)

**Atividade :** Plano de Controle Ambiental de Obras-PCAO.

**Bacia hidrográfica:** Rio São Bartolomeu.

**Empresa responsável pela elaboração do estudo:** GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

**Endereço para correspondência:** SRTVN 701 Conj. C Edifício Centro Empresarial Norte, Loja 100 – Asa Norte, Brasília/DF, 70719-903.

**Responsáveis técnicos:** Paula Romão de Oliveira França e Thales Thiago Sousa Silva.

**Telefone:** 3327-1777.

**E-mail :** paularomao@geologicadf.com.br e geologica@geologicadf.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

Esta Informação Técnica foi elaborada visando avaliar o Plano de Controle Ambiental de Obras - PCAO ( 75054295) de acordo com o Termo de Referência-TR (69270545), inseridos no processo SEI nº 00391-00007166/2021-05, referente à implantação do sistema de drenagem pluvial do Condomínio Estância Quintas da Alvorada, localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico.

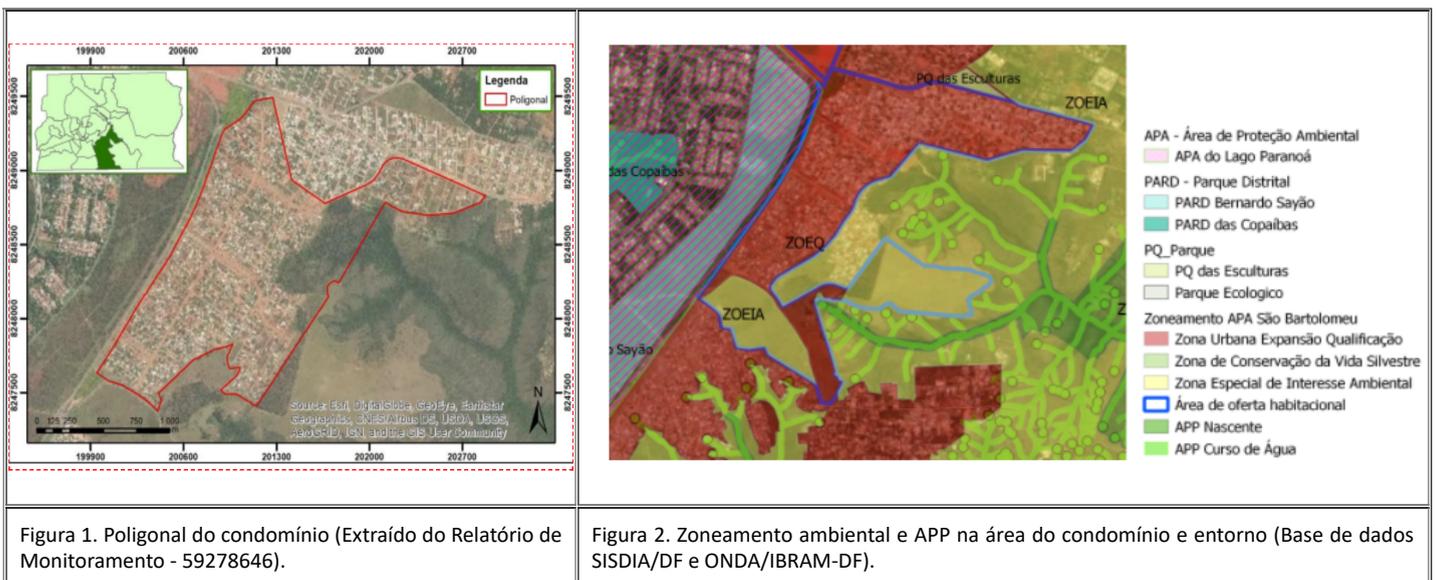
De acordo com o estudo, a área objeto de análise refere-se aos trechos destinados à implantação do sistema de drenagem pluvial correspondente às sub-bacias de contribuição de drenagem nº 02 e 06 (reservatório 2), 03 (reservatório 3), e 04 e 05 (reservatório 4). O sistema de drenagem pluvial correspondente à sub-bacia 01 (reservatório 01) já foi implantado, conforme Autorização Ambiental nº 30/2019 (processo nº 0391-000314/2016).

## 2. ZONEAMENTO

De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, estabelecido pela Lei Complementar Nº 803, de 25 de abril de 2009 e atualizado pela Lei Complementar Nº 854, de 15 de outubro de 2012, o condomínio está na Macrozona Urbana, na Zona Urbana de Uso Controlado II e uma pequena porção na Zona de Contenção Urbana. O condomínio, localizado em área de propriedade da TERRACAP e, parcialmente, em área de oferta habitacional (Figura 2), não está inserido em área de regularização, ARIS ou ARINE.

Conforme o Mapa Hidrográfico do Distrito Federal, o condomínio insere-se na Unidade Hidrográfica Taboca e uma pequena porção na unidade Hidrográfica do Paranoá, na Bacia Hidrográfica do São Rio Bartolomeu e na Região Hidrográfica do Rio Paraná.

De acordo com o Mapa Ambiental do Distrito Federal, o parcelamento encontra-se na área de Proteção Ambiental - APA do Rio São Bartolomeu, predominantemente na ZONA DE OCUPAÇÃO ESPECIAL DE QUALIFICAÇÃO (ZOEQ), mas constam interferências na ZONA DE OCUPAÇÃO ESPECIAL DE INTERESSE AMBIENTAL (ZOEIA). No entorno da poligonal do parcelamento constam a APA do Lago Paranoá e os parques Bernardo Sayão, Copibas e Esculturas.



## 3. ANÁLISE

A análise do PCAO será apresentada a seguir considerando o conteúdo exigido no Termo de Referência (69270545). Dessa forma, será apresentada a Tabela 1 abaixo com 3 colunas: a primeira, indica o que foi exigido no TR; a segunda, o que foi apresentado no estudo e a terceira, a análise quanto ao atendimento ou não do TR.

Tabela1. Análise do PCAO considerando os itens indicados no TR.

TR (69270545)	PCAO (7505295)	ANÁLISE
1. Identificação dos profissionais responsáveis pelo estudo e respectivo documento de responsabilidade técnica;	74992940	Atendido.
2. Além de Elaborar o PCAO, o interessado deverá dar entrada no pedido de Autorização de Supressão Vegetal - ASV, caso seja necessário suprimir vegetação ou árvores isoladas para implantação do empreendimento. O número do processo de ASV e SINAFLORE deve ser indicado na Carta de entrega do PCAO;	Informação insuficiente.	Pendente. O estudo indica que será necessária a elaboração de inventário florestal nos locais passíveis de supressão e corte de árvore isolada (Reservatórios 2, 3 e 4, redes de lançamento, dissipadores de energia e faixas de proteção dos canais de escoamento superficial (grota seca). Não consta processo de ASV e SINAFLORE relacionado ao presente processo. Os procedimentos para ASV e compensação florestal estão disponíveis no Decreto Distrital nº 39.469, de 22 de novembro de 2018. Até o momento, conforme Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 30/2019 - IBRAM/PRESI, referente ao PRAD, "apenas a supressão de remanescente de vegetação nativa motivada pela recuperação de área degradada está autorizada e dispensada de compensação florestal, conforme artigo 19, inciso III, do Decreto Distrital nº 39.469, de 22 de novembro de 2018."
3. Localização, zoneamento e restrições;	Páginas 10 a 22.	Atendido parcialmente. Não foi representada a APA do Lago Paranoá e o Parque de Uso Múltiplo das Esculturas no zoneamento ambiental. Não foi explorada a análise na ZOEIA que estabelece que empreendimentos urbanos devem favorecer a recarga natural e artificial de aquíferos. Destaco trecho de análise da Informação Técnica n.º 63/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-III :  "A primeira observação que deve ser feita ao projeto de drenagem proposto é a ausência de dispositivos de infiltração. O Manual de Drenagem (2018) ressalta que medidas de Controle na Fonte, que favorecem a infiltração das águas pluviais no solo, podem promover benefícios ambientais significativos, pois além de contribuir para a redução do volume do escoamento superficial, auxiliam no aumento da recarga dos aquíferos subterrâneos e restituem, ao menos parcialmente, a fase subsuperficial do ciclo hidrológico natural". Portanto, o estudo deve abordar a viabilidade de técnicas de infiltração, considerando as peculiaridades do meio físico, informando a possibilidade de readequação do projeto de drenagem.
4. Descrever de forma sintética as principais informações da atividade relacionada ao projeto;	Páginas 10 a 12 e 38 a 127.	Atendido. Embora haja necessidade de melhor detalhamento de algumas atividades relacionadas ao projeto, a exigência no TR foi genérica e sintética.
5. Córregos, rios, nascentes e canais naturais de escoamento superficial, direta e indiretamente afetados, bem como suas Áreas de Preservação Permanente ou faixas de proteção;	Páginas 23 a 30.	Atendido parcialmente. Apesar de ter sido apresentada faixa de proteção para APP de curso de água e grota seca, não foi verificada faixa de proteção para APP de nascente.
6. Planta de uso do solo da gleba com a localização das instalações existentes e pretendidas, indicação dos cursos d'água, das Áreas de Preservação Permanente – APP, Reserva Legal, Unidades de Conservação e o sistema viário existente sobrepostos em imagem da área;	Informação insuficiente.	Pendente. Não foi apresentada planta ou mapa indicando infraestrutura existente e projetada com sobreposição da área do condomínio.
7. Apresentar área de estudo em relação aos Conectores Ambientais e respectivo	Página 31.	Atendido. Foi apresentado mapa indicando o conector ambiental mais próximo da poligonal do

<i>mapeamento;</i>		condomínio.
<i>8.Detalhar a área de estudo em relação aos Mapas de riscos ecológicos do Zoneamento Ecológico econômico - ZEE-DF, indicando quais os pontos de atenção;</i>	Páginas 31 a 38.	Parcialmente atendido. Apesar de ter sido indicado o zoneamento de risco previsto no ZEE/DF, não foi detalhada a área de estudo (solo, susceptibilidade a alagamento, declividade...) delimitando os pontos de atenção para implantação e operação dos reservatórios e lançamentos em áreas de alto e muito alto risco ecológico para perda de solo por processos erosivos e perda de recarga de aquífero .
<i>9.Descrição da(o) atividade/empreendimento;</i>	Informação insuficiente.	Parcialmente atendido. Não foi informada a área de contribuição e se a mesma possui projeto urbanístico. O processo de urbanização na área de contribuição interfere diretamente na capacidade de suporte do sistema de drenagem pluvial. Dessa forma, a depender do projeto urbanístico, pode ser necessária adequação no sistema de drenagem pluvial.
<i>10.Descrição dos impactos e das medidas mitigadoras. Identificar e qualificar os principais impactos ambientais, negativos e positivos, atinentes à implantação do sistema de drenagem de águas pluviais do condomínio;</i>	Páginas 38 a 52.	Parcialmente atendido. Para melhor identificação e qualificação dos impactos e medidas mitigadoras será necessária avaliação de alternativas locais para as áreas destinadas ao canteiro de obras, depósito de bota-fora, áreas de apoio e material excedente. Não foram informados os seguintes itens presentes no TR: classe do corpo hídrico receptor com base na Resolução Conama nº 357/2005 e alterações; usos da bacia a jusante do empreendimento; em caso de lançamento em rede de drenagem existente, informar se há autorização de interligação pela entidade responsável; infraestrutura existente na área de contribuição (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, pavimentação, águas pluviais); se haverá emissão de material particulado, fumaça e fuligem em quantidades que justifique controle e se haverá necessidade de algum tipo de horário específico para funcionamento dos maquinários da obra; os dispositivos de retenção dos sedimentos durante a obra; capacidade de suporte do córrego e declaração que os córregos possuem capacidade de suporte para os lançamentos projetados; se local de linha de drenagem apresenta áreas degradadas que necessitam ser recuperadas; sobre a ocorrência de alagamentos recorrentes na bacia de contribuição; identificação de possíveis prejuízos à infraestrutura existente e à população em razão da situação atual da drenagem pluvial local. Nesse sentido, a tabela apresentada necessita ser revista. Para melhor entendimento, recomenda-se que seja elaborada tabela com 4 colunas: Localização, Impacto Ambiental, Medida Mitigadora(para os impactos negativos) e Monitoramento.
<i>11.Apresentar os indicadores, frequência, rotina, equipe técnica e outras atividades a serem executadas durante a obra para monitorar o correto cumprimento das medidas mitigadoras e corretivas previstas no Plano de Controle Ambiental de Obras;</i>	Páginas 44 a 127.	Parcialmente atendido. Recomenda-se que as descrições desse item sejam incluídas na coluna Monitoramento, conforme sugerido no item acima.
<i>12.Programas Ambientais;</i>	Páginas 53 a 127.	Atendido. No TR não há detalhamento do conteúdo dos programas ambientais.
<i>13.Avaliação final quanto à viabilidade e relevância do empreendimento, considerando sua integração ao meio ambiente durante as suas fases de implantação e operação.</i>	Páginas 128 a 129.	Parcialmente atendido. Apesar da abordagem incompleta no estudo, foi tomado posicionamento quanto à viabilidade do empreendimento.

14. Projeto de Drenagem completo aprovado pela NOVACAP.	Pastas II e III do processo SEI 00391-00007166/2021-05.	Em atendimento. Há que se considerar a possibilidade de readequação do projeto considerando o urbanismo e as restrições ambientais nas bacias de contribuição abordadas nesta Informação.
15. Documento da NOVACAP aprovando o projeto.	75007888	Atendido. Aprovação condicionando os lançamentos à apreciação do Brasília Ambiental e ADASA.
16. Outorga prévia para lançamento de águas pluviais, conforme projeto aprovado pela NOVACAP.	75008380	Atendido. Outorga Prévia SEI-GDF n.º 198/2019 - ADASA/SRH/COU, válida por 3 anos. Outorga ao Condomínio Estância Quintas da Alvorada com a finalidade de lançamento de águas pluviais em 03 (três) pontos de descarga no afluente do córrego Taboquinha, na Bacia Hidrográfica do rio São Bartolomeu.
17. Documentos que atestem a concordância, pela TERRACAP, de implantação da Drenagem pelo Condomínio.	56299970	Atendido, com o condicionamento de juntada nos autos dos projetos que se pretende implantar: memoriais descritivos, plantas gerais em PDF e DWG para que área competente da TERRACAP possa emitir parecer.
18. Caso haja necessidade de recuperar áreas degradadas em decorrência da implantação de bacias de retenção e rede de drenagem, deve ser apresentado plano de recuperação de áreas degradadas, sendo dispensada sua apresentação caso as áreas a serem recuperadas sejam menores que 1 hectare, sendo mantido o dever de recuperar por meio de revegetação das áreas. A área a ser impactada pela obra deve ser prevista no PCAO de forma a indicar a quantidade de área que necessita ser recuperada.	Informação insuficiente.	Pendente. Item encaminhado pelo Ofício Nº 811/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM (71516315) para retificação no TR.
19. A Base de dados geográfica utilizada deve ser entregue junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão- CAC/IBRAM, bem como ser disponibilizado em servidor na nuvem, devendo ser indicado o link de acesso na Carta de entrega do PCAO.	Não localizado.	Não foi possível acessar a pasta de arquivos da CAC para verificação. Não foi verificado o referido link de acesso na Carta 447/2021 (75054339)

Além dos aspectos abordados acima, ressalto as exigências que foram solicitadas na Informação Técnica n.º 63/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-III (74300562), que avalia o requerimento de Licença Prévia e Licença de Instalação (LPI) para o sistema de drenagem pluvial do condomínio Estância Quintas da Alvorada. Nesse sentido, as complementações a serem apresentadas no PCAO deverão considerar na análise o conteúdo sugerido na Informação supracitada:

- Ampliar para o PCA os impactos inerentes às obras de pavimentação projetadas;
- Análise de alternativas do projeto apresentado, incluindo na avaliação para cada sub-bacia a situação de não implantação da pavimentação e do sistema de drenagem;
- Identificação das áreas a serem utilizadas como caixas de empréstimo, bota-fora e bota-espera;
- Inserir no item G, Impactos na fauna, o inventário florístico referente às obras de pavimentação e drenagem pluvial;
- Previsão do sistema de drenagem pluvial do canteiro de obras.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto acima, o PCAO apresentado contemplou parcialmente o que foi solicitado no TR, deixando de fora da análise aspectos relevantes para implantação do projeto. Dessa forma, os itens não classificados como "Atendido" na Tabela 1 devem ser revisados para entrega de complementações do estudo, que também deverão abordar o conteúdo exigido na Informação Técnica n.º 63/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-III (74300562). No caso de discordância de exigência para complementação, deverá ser justificado o entendimento divergente, de forma fundamentada.

Considerando a situação emergencial quanto aos impactos ambientais ocorridos e que continuam ocorrendo devido ao processo de ocupação irregular e à ausência de sistema de drenagem pluvial no Condomínio Estância Quintas da Alvorada, recomendo que as informações ambientais e necessárias para subsidiar a LPI do sistema de drenagem do condomínio sejam encaminhadas em sua integralidade, a fim de evitar novas complementações e morosidade no processo. Sugiro que as exigências da Informação Técnica n.º 63/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-III sejam encaminhadas junto com as complementações dessa Informação, no mesmo documento, de forma a integrar os dados de análise.

Ademais, considerando que grande parte da área onde se localiza o condomínio é indicada na Estratégia de Oferta de Áreas Habitacionais pelo PDOT vigente (que tem como objetivo o atendimento à demanda habitacional a partir de projetos e programas de iniciativa pública); os estudos

técnicos em andamento para revisão do PDOT e os desdobramentos de ações judiciais e do Ministério Público, além da execução de medidas mitigadoras, compensatórias e de recuperação ambiental, ressalto a importância do posicionamento integrado da SEDUH/DF, TERRACAP e MPDFT quanto à destinação do uso e ocupação do solo na poligonal do condomínio, com a devida participação da população afetada.

**À CAC/IBRAM,**

Considerando que não foram encontrados no processo arquivos espaciais em formato compatível com QGIS (\*.geotiff; \*.shp; \*.shx; \*.dbf; \*.gml; \*.geojson, \*.gqs e \*.kml) e que não foi possível acessar os arquivos da CAC para verificar a entrega de dados solicitados no item 19 da Tabela 1 desta informação "**A Base de dados geográfica utilizada deve ser entregue junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão- CAC/IBRAM, bem como ser disponibilizado em servidor na nuvem, devendo ser indicado o link de acesso na Carta de entrega do PCAO**", encaminhando para verificação de eventual entrega dos arquivos na CAC.

No caso de ter sido realizada a entrega dos dados espaciais, recomendo que os mesmos sejam anexados no Processo SEI 0391-00007166/2021-05 (LI) ou disponibilizados para a SULAM para encaminhamento para a equipe técnica responsável pela análise do requerimento de LPI. O interessado no processo é o Condomínio Estância Quintas da Alvorada e a empresa GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA é a responsável pela elaboração do estudo ambiental (PCAO) referente à implantação do sistema de drenagem pluvial do condomínio.

**À SULAM,**

No caso de não constatada a entrega dos arquivos espaciais pela CAC, recomendo que a SULAM notifique o interessado para que apresente os referidos arquivos na entrega das complementações, considerando os aspectos abordados nesta Informação Técnica.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS FÁBIO GONÇALVES MESQUITA DOS ANJOS - Matr.0215745-4, Analista de Atividades do Meio Ambiente**, em 15/12/2021, às 21:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador=76124780&codigo\\_CRC=26DDB87C](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=76124780&codigo_CRC=26DDB87C)

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511, BLOCO C - Bairro Asa Norte - CEP 70750-543 - DF